

8º Congresso de Gestão em Saúde da UNIDAS

Jornal Unidas - nov/dez/2010

TI – Os impactos e as soluções na gestão, negociação e terminologias

O dr. João Rodarte apresentou alternativas de controle dos mecanismos de regulação e gestão que auxiliam na redução dos custos assistenciais das operadoras, como forma de mensurar o retorno dos investimentos. São elas: regulação financeira, regulação de acesso, controle de rede e programas de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Para cada uma das propostas ele mostrou as vantagens de redução de custos com eficácia para as operadoras. "A regulação financeira é uma das formas de retenção de custos mais eficaz e eficiente que a operadora pode implantar. Com o beneficiário participando financeiramente quando utiliza algum serviço, ele passa a auxiliar o plano na verificação de cobranças indevidas por parte dos prestadores de serviços e corta as utilizações desnecessárias", explicou.

O dr. Fernando Fernandes levou os participantes a refletirem sobre a importante e discutível ligação entre o bem-estar dos pacientes, os lucros dos planos de saúde e a busca da cura pelos médicos. Para ele, "o conflito de interesses é evidente e cada vez mais uma medicina tecnológica é utilizada em detrimento de uma medicina humanizada. O importante é que os desfechos clínicos sejam bons e os pacientes percebam seus resultados". Fez críticas às agências reguladoras: à Anvisa por registrar e à ANS por aprovar para o rol de procedimentos tecnologias em saúde que não têm evidência científica em literatura médica. "Em alguns casos, não há benefício algum ao doente. Ao contrário, expõe o paciente a riscos inerentes ao uso da tecnologia."

A plateia ovacionou o dr. Fernandes quando defendeu o fim do coronelismo na saúde brasileira e criticou os grupos de



Palestrantes: drs. Fernando Fernandes, diretor comercial da Medinsight-Evidências, médico cirurgião geral e homeopata, especializado em Administração Hospitalar, Auditoria e Serviços de Saúde; Antonio Carlos Endrigo, gerente de Padronização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e João Rodarte, diretor-geral da Rodarte Nogueira, estatístico e consultor em Previdência Complementar e Saúde Suplementar. **Mediadora:** Danileia Pinto de Moraes, presidente do Conselho Fiscal da UNIDAS.

médicos que monopolizam as atividades em cidades pequenas e operadoras que limitam os tipos de práticas ou hospitalares cobertos. Analisando o papel de algumas entidades como a Associação Médica Brasileira (AMB) e o CFM (Conselho Federal de Medicina), disse que "apesar da excelente iniciativa da AMB e do CFM de elaborarem o projeto diretriz para padronizar as melhores terapias em diversas especialidades, estas, em alguns dos casos, também não estão sendo construídas com critérios científicos claros e, em outros casos, são diretrizes pautadas em artigos desatualizados e com baixo nível de evidência científica. A questão que fica é qual a segurança e efetividade do uso destas tecnologias para os pacientes?"

Defendendo a ANS, o dr. Antonio Carlos Endrigo, disse que "todos os procedimentos que constam no rol tem evidências científicas e que as críticas devem ser levadas diretamente para a Agência". Citou como desafios globais da saúde suplementar a disparidade do acesso, os custos dos medicamentos, a disponibilidade do conhecimento e a prevenção de doenças.

O gerente ressaltou a importância do processamento de documentos, alegando que os sistemas baseados em papel não suportam o compartilhamento de informações. Além disso, os pacientes recebem tratamento de diversos profissionais de atenção à saúde. "Técnicas modernas para atender necessidades de pacientes levam a ganhos de produtividade", disse o dr. Endrigo, referindo-se à importância do padrão TISS – Troca de Informações em Saúde Suplementar e aos registros eletrônicos para proporcionar maior capacidade de escolha e controle aos pacientes e melhor acesso à informação aos profissionais de saúde.

